Prezados Srs.

Parabenizo a iniciativa do MME.

Somos de opinião que a proposta de reativação das atividades de E&P em áreas terrestres -- embora não sendo algo que vá movimentar os normalmente elevados volumes de capital comuns ao Setor – traz embutido todo um processo que tem alto potencial de geração de emprego e renda, podendo vir a ser componente importante na retomada do crescimento da economia brasileira, principalmente levando-se em conta aspectos ligados ao desenvolvimento regional.

A proposta como um todo relata medidas a serem estudadas e /ou adotadas que vêm há longo tempo sendo esperadas pela indústria e que poderão significar aumento significativo na atratividade dos projetos terrestres ainda entendidos como de potencial, dentro de sua escala, para produções remanescentes de óleo e gás.

Não obstante, gostaria de apontar duas RESSALVAS, que não são efetivamente discutidas ao longo do relatório em Consulta Pública, e que nos parecem fundamentais para o sucesso da iniciativa:

1.- A primeira diz respeito ao "portfolio" de ativos que se planeja ofertar.

As medidas propostas só serão bem sucedidas se imediatamente implementadas sobre o grande volume de áreas que se encontram concedidas à Petrobras – conforme estabelecido no relatório, 96% da produção terrestre no Brasil ainda se encontram em mãos da Empresa. Essas concessões correspondem a uma grande quantidade de campos maduros que necessitam dos incentivos propostos para que passem a ser objeto de projetos tecnológicos de implementação de EOR ou IOR que são chave no rejuvenescimento da produção nessas áreas já aceleradamente declinantes ao longo desses últimos anos. Embora indubitavelmente tecnicamente capaz de implementação desses projetos, não houve priorização de parte da Petrobras em seus últimos planejamentos estratégicos para alocação dos investimentos correspondentes a esses projetos. Essa situação é facilmente compreensível se observarmos a situação em que o Governo anterior colocou a Empresa. Ou seja, embora empresarialmente corretas, as atuais decisões da Empresa poderão estar prejudicando a proposta de

desenvolvimento embutida no REATE. Tendo em conta que grandes produtoras de petróleo, de classe mundial, não mantém esse tipo de projeto em seus portfolios, torna-se absolutamente crucial nesse momento, promover, via ANP ou Governo Federal, a proposta para que a Petrobras incorpore de forma parcial ou total todos esses projetos no seu programa de desinvestimentos em curso.

2.- A segunda se refere ao entendimento ou percepção do potencial remanescente nas bacias terrestres brasileiras.

Ao longo do relatório se discutem várias iniciativas que se focam em projetos de exploração em "novas fronteiras". Na realidade talvez a única bacia terrestre brasileira que possa se encaixar -- dentro do ponto de vista do conhecimento geológico -- na definição de nova fronteira seja a parte oeste da Bacia do Solimões. O potencial gerador dessa bacia, já constatado na área de Urucu, claramente se estende para a porção oeste da bacia, porém a logística extremamente complexa ligada a aspectos socioambientais vêm impedindo, até os dia de hoje, investimentos importantes na obtenção de dados efetivos (sísmica e poços) que poderiam levar à efetiva constatação desse potencial. Outras bacias ao longo do relatório, indicadas como portadoras de potencial para revelarem novas fronteiras já foram devidamente exploradas com obtenção de quantidades de dados já bastante significativas (Bacia do Paraná, por exemplo) e têm potencial exploratório muito baixo. Encaixam-se nesse exemplo também bacias como as do Parecis, São Francisco, Parnaíba e Médio Amazonas. Mesmo as bacias que são hoje as grandes produtoras terrestres – Recôncavo, Sergipe-Alagoas e Potiguar – têm também baixo potencial exploratório remanescente. Essas últimas talvez tenham, sim, potencial remanescente significativo se pudermos atrair investimentos na implementação de produção não convencional (*shale oil/gas)* em algumas delas.

Colocamo-nos às ordens para quaisquer esclarecimentos e/ou informações adicionais.

Atenciosamente,

Dirceu Abrahão
Subsecretário de Petróleo e Gás
Secretaria Estadual de Energia e Mineração de São Paulo